UPA III DR. ALAIR MAFRA ANDRADE
(CNPJ 23.453.830/0025-47)

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
EM REAIS (R$)

ATIVO	**NOTA**	**2022**
CIRCULANTE		**6.723.498**
Caixa e equivalentes de caixa	3	926.639
Contas a receber	4	5.376.122
Estoques	5	401.742
Adiantamento funcionários		2.161
Outros créditos		16.835
Depósito Judicial		-
Partes Relacionadas		-
Despesas Antecipadas		-
NÃO CIRCULANTE		**53.493**
Imobilizado	6	53.493
Intangível		-
TOTAL DO ATIVO		**6.776.991**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
EM REAIS (R$)

PASSIVO	NOTA	2022
CIRCULANTE		**3.118.151**
Fornecedores	7	2.087.067
Obrigações trabalhistas	8	744.731
Obrigações sociais	9	123.529
Obrigações fiscais		90.213
Outras contas a pagar		2.108
Partes Relacionadas	10	70.504
NÃO CIRCULANTE		**-**
Partes Relacionadas		-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**	**3.658.840**
Patrimônio Social		-
Superávit do exercício		3.658.840
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		**6.776.991**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
EM REAIS (R$)

	NOTAS	2022
RECEITAS OPERACIONAIS		**17.211.789**
Serviços prestados pacientes SUS		17.211.789
CUSTOS		**(11.978.025)**
Pessoal e encargos		(3.145.108)
Serviços de terceiros		(7.769.850)
Materiais e medicamentos		(1.063.068)
DESPESAS		**(1.568.776)**
Pessoal e encargos		(786.277)
Despesas gerais e administrativas	13	(778.245)
Depreciação/amortização		(1.825)
Impostos, taxas e contribuições		(3.151)
Outras receitas e despesas operacionais		722
FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		**(6.148)**
Receitas financeiras	15	12.155
Despesas financeiras		(18.303)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO / PERÍODO		**3.658.840**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
EM REAIS (R$)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Incorporação ao Patrimônio Social	-		-
Ajustes patrimoniais	-	-	-
Superávit do exercício	-	3.658.840	**3.658.840**
Em 31 de dezembro de 2022	**-**	**3.658.840**	**3.658.840**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
EM REAIS (R$)

Fluxos de caixa de atividades operacionais	**2022**
Superávit do exercício	3.658.840
Ajustes para reconciliar o resultado	
Depreciação/amortizações	1.825
(=) Superávit ajustado	**3.660.665**
Variações no circulante das contas de ativo e passivo	**(2.749.212)**
Redução / (aumento) dos créditos – circulante	(5.395.118)
(Aumento) de estoques	(401.742)
Aumento de fornecedores	2.087.067
Aumento de obrigações trabalhistas	744.731
Aumento de obrigações sociais	123.529
Aumento de obrigações tributárias	90.213
Aumento de outras obrigações	2.108
Aumento / redução das obrigações - não circulante	-
Ajustes patrimoniais	-
Caixa líquido (utilizado) /proveniente das atividades operacionais	**911.453**
Atividades de investimentos	**(55.318)**
Aquisição de imobilizado	(55.318)
Aquisição de bens do intangível	-
Atividades de financiamento	**70.504**
Partes relacionadas	70.504
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**926.639**
Variação em caixa e equivalentes de caixa	
Saldo existente no início do exercício	-
Saldo existente no final do exercício	926.639
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**926.639**

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objetivos Sociais

A UPA III DR. ALAIR MAFRA ANDRADE é uma unidade hospitalar da rede municipal de Saúde, com atendimento a assistência à saúde, atendendo as patologias com atendimento especializado em diagnóstico, terapêuticas e exames de média complexidade.

A unidade oferece assistência de média complexidade em clínica médica, ambulatório, exames de raios-x, laboratoriais e Tomografia. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia.

b) Contrato de Gestão

A Unidade de Pronto Atendimento Dr. Alair Mafra de Andrade é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0025-47), desde 6 de junho de 2022, por meio de contrato de gestão nº 362/2022-SEMUSA Anápolis Go.

O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica.
É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009.

2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

2.2. Base de mensuração e apresentação
As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação
Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Principais práticas contábeis
a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata.

b) Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização**.** Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

c) Ativo imobilizado: Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo.
A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.

e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda

inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil

m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2022
Caixa	1.166
Banco conta movimento	-
Aplicações em CDB – custeio	925.473
	926.639

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.

A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

4. CONTAS RECEBER

O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, CONTRATO 362/2022 DE GESTÃO - ALAIR MAFRA DE ANDRADE, com a Secretária de Saúde do Município de Anápolis - SEMUSA, com validade até 10/05/2023.

Descrição	2022
CONTRATO 362/2022 DE GESTÃO - ALAIR MAFRA DE ANDRADE	5.376.122
	5.376.122

5. ESTOQUES

Estoque CHZN	2022
Drogas e medicamentos em geral	210.234
Materiais de uso do paciente	136.639
Gêneros alimentícios	-
Material de limpeza e higienização	2.905
Material de expediente e impressos	13.258
Materiais de manutenção	24.884
Equipamentos de proteção individual	1.069
Materiais de laboratório	595
Dietas enterais e parenterais	7.615
Material de informática	461
Combustível gerador/GLP	-
Peças e acessórios de reposição	-
Materiais odontológicos	4.083
	401.742

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

6. IMOBILIZADO

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos Hospitalares	Total
	10%	**10%**	**10%**	
Saldo inicial em 06 de junho de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**
Aquisição	15.890	19.738	19.690	55.318
Depreciação	(538)	(615)	(671)	(1.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**15.352**	**19.123**	**19.019**	**53.493**

7. FORNECEDORES

Descrição	2022
Materiais e medicamentos	30.754
Serviços médicos	662.383
Serviços	1.269.303
Diversos	124.629
	2.087.067

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2022
Obrigações com pessoal	416.204
Provisão de férias	304.219
Provisão FGTS s/ férias	24.308
	744.731

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2022
INSS a recolher	40.217
FGTS a recolher	48.298
IRRF s/ folha a recolher	35.014
	123.529

10. PARTES RELACIONADAS

O saldo a pagar em 2022 no passivo circulante R$ 70.504, corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

O CONTRATO 362/2022 DE GESTÃO, junto à Secretária de Saúde do Município de Anápolis - SEMUSA, compreende a Administração da UPA ALAIR MAFRA DE ANDRADE.

11. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais.

Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	Possível	
	2021	2020
Trabalhista	110.000	25.000
	110.000	**25.000**

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão.

No ano de 2022 foi obtido superávit de R$ 3.658.840.

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	2022
Serviços de Gestão	509.360
Telefone	3.113
Água e esgoto	14.672
Reformas	12.380
Viagens e hospedagens	30.999
Despesas c/ Veículos	21.751
Outros	187.794
	780.070

14. RENÚNCIA FISCAL

A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN.

Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

Descrição	2022
Cota patronal	656.600
Terceiros	-
RAT/SAT	62.476
Autônomo	-
Total INSS	**719.076**
COFINS	516.354
Total COFINS	**516.354**
TOTAL	**1.235.429**

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Descrição	2022
Aplicações em CDB – custeio	925.473
Contas a Receber	5.376.122
Total ativos financeiros	**6.301.594**

Descrição	
Fornecedores	2.087.067
Total passivos financeiros	**2.087.067**

16. GESTÃO DE RISCOS

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão.

A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

Risco de operacional

Principais riscos associados a COVID 19 e suas novas variantes nas operações da Entidade

Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer,

entre outras consequências:
(i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público;
(ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso a unidade seja eleita como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa;
(iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e
(iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento.

A Administração acredita que a unidade não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Impactos da COVID-19 para 2022

A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

b) Renovação do contrato de gestão

O CONTRATO 362/2022 DE GESTÃO - ALAIR MAFRA DE ANDRADE, junto à Secretária de Saúde do Município de Anápolis - SEMUSA, sua vigência de 06/06/2022 a 05/06/2023 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, foi sinalizado a alteração contratual para 2023, e a manutenção dos demais atendimentos assistenciais: clínicos, 1º atendimento em traumas e realização de suturas e avaliação de pacientes com patologia potencialmente cirúrgicas, exames radiológicos e laboratoriais.

Anápolis Go, 14 de fevereiro de 2023**.**

Sebastião Bismarques da Silva
Diretor Executivo
CPF: 29529921187

Contador
CRC –